

Esquerda, volver: o Movimento Nacionalista Feminino (1963-1964)

Izquierda, vuelta: el Movimiento Nacionalista Feminino (1963-1964)

Larissa Raele Cestari

Doutoranda em História
Universidade Federal de Juiz de Fora
larissacestari@uol.com.br

Recebido em: 20/01/2021

Aprovado em: 11/06/2021

Resumo: Neste artigo, recupero o papel exercido pelo Movimento Nacionalista Feminino (MNF, 1963-1964) nas disputas políticas que marcaram o governo João Goulart e na organização política das mulheres do período. Analiso os modelos e os papéis femininos acionados; a concepção que as militantes tinham da sua participação política; os vínculos estabelecidos com as organizações políticas do período e os elementos trazidos à luta política. Defendo a ideia de que o MNF surgiu como uma reação das esquerdas nacionalistas, sobretudo trabalhistas, à entrada na cena política das organizações femininas de direita. O trabalho inscreve-se em uma abordagem da história política renovada em diálogo com as questões trazidas pela história das mulheres no Brasil, sobretudo a categoria do gênero. A imprensa do período, disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional, constituiu a fonte para a recuperação e a análise da atuação do MNF.

Palavras-chave: Movimento Nacionalista Feminino, mulheres, governo João Goulart.

Resumen: En este artículo, recupero el papel ejercido por el Movimiento Nacionalista Feminino (1963-1964) en las disputas políticas que marcaron al gobierno João Goulart y la organización política de las mujeres en el período. Analiso los modelos y los papeles femininos accionados; la concepción que las militantes tenían de su participación política; los vínculos establecidos con las organizaciones políticas de la época y los elementos llevados hacia la lucha política. Defiendo la idea de que el MNF surgió como una reacción de las izquierdas nacionalistas, sobretudo vinculadas al trabajismo, a la entrada de las organizaciones feministas de derechas en el escenario político. El trabajo se inscribe en un abordaje de la historia política renovada en diálogo con las cuestiones traídas por la historia de las mujeres en Brasil, sobretudo la categoría del género.

Palabras-clave: Movimento Nacionalista Feminino, mujeres, gobierno João Goulart.

Introdução

Em 5 de junho de 1963, foi lançado o Movimento Nacionalista Feminino (MNF), em ato irradiado para todo o Brasil, pela Rede Piratininga, da rádio Mayrink Veiga. Em evento solene, na Escola Parque de Brasília, a direção do movimento, encabeçada por Jurema Brochado da Rocha e Neusa Goulart Brizola, expôs seus objetivos: organizar politicamente a mulher para lutar pelas reformas de base e por um desenvolvimento econômico em bases nacionalistas (ENTUSIASMO..., 1963, p. 7).

Delegações femininas de vários estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Goiás, estiveram presentes. Essas mulheres se apresentavam, publicamente, como esposas dos membros da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), esposas de militares, sobretudo suboficiais e sargentos, profissionais liberais, trabalhadoras filiadas ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e donas de casa. Embora sem direito à palavra, políticos homens da FPN e da Frente de Mobilização Popular (FMP), sob a liderança de Leonel Brizola, estiveram presentes, assim como representantes oficiais do governo Goulart: os ministros da Marinha, almirante Pedro Paulo Suzano, e da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Reinaldo Ribeiro de Carvalho Filho (ENTUSIASMO..., 1963, p. 7).

As pessoas ali presentes e o conteúdo dos discursos mostravam que as organizações nacionalistas e de esquerda, sobretudo trabalhistas, alçavam as mulheres como um poderoso ator político. Elas traziam novos elementos e apelos para a mobilização pelas reformas de base, programa do governo João Goulart (1961-1964).

Entretanto, esse destaque político às mulheres, no governo Goulart, tinha antecedentes. No campo adversário, à direita, elas já atuavam como atores estratégicos. A partir de 1962, um segmento das mulheres brasileiras, das elites e das classes médias, fez uma entrada ruidosa no espaço público. Articuladas em novas associações femininas, apresentavam-se como mães/esposas/donas de casa, dispostas a lutar pela preservação da ordem e dos valores tradicionais – família, religião, propriedade – contra uma suposta infiltração comunista no país. Valendo-se da força simbólica de protetoras do lar, elas foram peças-chave nas mobilizações contra o governo e o conjunto das esquerdas (SIMÕES, 1985).

A participação política das mulheres no contexto das lutas que marcaram o governo João Goulart é o tema amplo deste artigo. Especificamente, busca-se analisar o papel exercido pelo MNF tanto na luta política do período quanto na própria organização política das mulheres. Quem eram as mulheres que integravam o MNF? Como se organizou o movimento? Que ações promoveram? Quais seus objetivos? Que concepções tinham da sua participação política naquele momento? Que elementos trouxeram à luta política do período? Quais eram seus vínculos com as outras organizações políticas da época?

Defendo a ideia de que o MNF surgiu como uma reação à entrada na cena política das organizações femininas de direita. Embora houvesse uma tradição de mobilização feminina no campo da esquerda, sobretudo entre comunistas¹, o grande ator político para esse setor era o trabalhador – camponês e operário –, considerado “sujeito político único”, conforme aponta Ana Maria Colling². Entretanto, o sucesso da atuação das mulheres à direita indicou para as esquerdas nacionalistas, trabalhistas à frente, a premência da mobilização política feminina nas lutas do período. Urgia disputar a voz feminina na mobilização da opinião pública para essas lutas.

Nesse sentido, a história do MNF não pode ser entendida sem que se leve em conta o surgimento e o sucesso dos movimentos de mulheres à direita. Esse aspecto traz, ainda, novos elementos às questões levantadas sobre o MNF. De que forma a disputa com as mulheres de direita orientou as estratégias e os valores mobilizados pelo MNF? Que papéis femininos foram mobilizados nessa disputa?

O estudo da participação na política das mulheres que integraram o MNF inscreve-se, neste artigo, na abordagem da nova história política em diálogo com questões trazidas pela história das mulheres, sobretudo o conceito do gênero. Essa relação é possível pois a interface entre diferentes níveis da realidade é uma das marcas da renovação da história política. Por meio dela, o universo do político e a noção de poder, que lhe é constitutivo, dialoga com outros níveis do real, como o cultural (RÉMOND, 2003).

¹ Segundo Macedo, nos diversos congressos do PCB, a tese “acelerar a organização de um poderoso movimento feminino de massas”, *atrelado ao projeto político do partido*, era reafirmada e viabilizada desde os anos de 1930. MACEDO, 2001, p. 138.

² Conforme aponta Ana Maria Colling (2015), até o final dos anos de 1970, a luta feminina era considerada divisionista da luta principal da esquerda, ou seja, da oposição entre burguesia e proletariado. As diferenças e discussões de gênero eram anuladas e a construção de sujeitos políticos únicos instituía a invisibilidade da mulher como sujeito político.

Esse alargamento do político possibilita a inclusão de questões trazidas pela história das mulheres no Brasil, como a categoria relacional do gênero que, desde os anos 1980, foi incorporada na forma de essa historiografia operar conceitualmente (SOIHET, 1998; RAGO, 1998 e 2000). O gênero analisa os papéis femininos e masculinos, e as relações de poder daí advindas, como construções histórico-culturais. Como aponta Soihet, a ênfase recai no caráter social das distinções baseadas no sexo; na ideia de assimetria e de hierarquia nas relações entre os sexos, incorporando a dimensão do poder; no relevo ao aspecto relacional entre homens e mulheres, importante para descobrir a amplitude e o simbolismo sexual nas diferentes épocas e sociedades (SOIHET, 1998, p. 78).

Na perspectiva de Joan Scott, o “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). A autora propõe a política, no seu sentido tradicional, do governo e do Estado Nação, como domínio de utilização do gênero. Argumenta que o uso dessa categoria permite novas explicações sobre o poder e torna as mulheres visíveis como participantes ativas em uma história que tem visto o gênero como uma categoria antitética às tarefas sérias da verdadeira política (SCOTT, 1995, p. 89). Essas abordagens nortearão a análise do MNF feita neste artigo.

Importante ressaltar que, até o momento do percurso desta pesquisa, não encontrei trabalhos que se detenham no MNF³. Neste artigo, proponho uma primeira aproximação do tema. A imprensa do período, disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional, constituiu a fonte para as questões trabalhadas sobre o MNF.

Em termos metodológicos, considero, com Carlo Ginzburg (2007, p. 288), que “não existem textos neutros: mesmo um inventário notarial implica um código que temos que decifrar”. Considerando a imprensa uma modalidade específica de fonte, segui as orientações metodológicas para a sua análise indicadas por Tânia de Luca (2008) e Maria Helena Capelato (1988). Desse modo, foram levados em conta, ainda que nem sempre explicitados no texto, os diversos aspectos que definem o código da imprensa e a partir dos quais a notícia é construída, entre eles: os valores subjetivos de quem a produz, os interesses aos quais o jornal está vinculado, o público a quem visa atingir, os objetivos propostos, a linguagem utilizada. Identificados os elementos do código específico e a visão que os órgãos de imprensa tinham do movimento retratado, seguindo novamente Ginzburg (2007), busquei atingir, por meio dos discursos veiculados pelos jornais, e uma leitura “a contrapelo”, indícios

³ O MNF é citado nos trabalhos de FERREIRA; GOMES (2014) e OLIVEIRA (2015).

constituintes do MNF, entre eles: a sua composição social, a sua organização, os seus valores, os seus objetivos e as suas ações.

Com esses cuidados metodológicos, foram analisados, principalmente, os jornais *O Semanário* e *Última Hora*, alinhados às lutas das esquerdas nacionalistas do período, levando-se em conta que atuaram como uma espécie de tribuna do MNF, publicando, na íntegra ou em partes, documentos produzidos pelo movimento e concitando o apoio às suas ações. Diferente deles, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, órgãos da grande imprensa, como *Última Hora*, porém politicamente mais conservadores, apresentavam uma posição mais restritiva ao movimento, em função de suas ligações com as esquerdas.

O estudo do MNF permite recuperar uma parte da experiência histórica das mulheres entre 1945 e 1964, período relativamente pouco estudado pela historiografia das mulheres no Brasil. Os estudos que abordam a luta pelo direito ao voto na Primeira República ou os feminismos do pós-1968 predominam⁴. Outra frente importante de trabalhos é aquela que, desde o fim dos anos de 1990, coloca as mulheres no centro da historiografia sobre a ditadura militar (1964-1985), abordando a militância feminina na oposição e na esquerda armada, a exemplo do trabalho de Ana Maria Colling (1997). Questões como o silenciamento e a invisibilidade do feminino ou a reprodução das relações tradicionais de gênero no interior das estruturas político-partidárias de esquerda são discutidas por autoras como Ana Maria Colling (2015), Priscila de Paulo de Sousa (2018), Susel Oliveira da Rosa (2009). Além disso, quando se trata da militância política das mulheres entre 1945 e 1964, o destaque é dado às comunistas, a exemplo dos trabalhos de Iracélli Alves (2017), Elza Macedo (2001), Btzaida Tavares (2003), ou às mobilizações das mulheres conservadoras nos anos de 1960, como os trabalhos de Solange Simões (1985), Heloísa Starling (1986), Aline Presot (2004), Janaina Cordeiro (2009), Pérola Sestini (2008) e Reginaldo Sousa (2018)⁵. Pouco se sabe da atuação de mulheres trabalhistas como as que estiveram à frente do MNF.

Mulheres conservadoras em cena

Entre 1962 e 1964, diversas organizações femininas anticomunistas surgiram na cena política do país. Mobilizadas contra um suposto perigo de “infiltração vermelha” no governo Goulart, atuaram

⁴ Esses marcos podem ser percebidos, por exemplo, nos trabalhos de PINTO, 2003 e TELLES, 1999. Para uma crítica a essas balizas historiográficas, ver ALVES, 2017.

⁵ Vale destacar que Sousa (2018) estende sua análise sobre o associativismo feminino conservador ao período do regime militar (1964-1985).

em diversas frentes para preservar os “valores democráticos e cristãos da cultura ocidental”: Deus, pátria, família, propriedade. Entre as entidades de maior impacto político, com ações mais organizadas e forte repercussão na mídia, estavam: União Cívica Feminina (UCF, São Paulo, 1962); Campanha da mulher pela Democracia (CAMDE, Guanabara, 1962); Cruzada Democrática Feminina (CDF, Pernambuco, 1963); Liga da Mulher Democrática (LIMDE, Minas Gerais, 1964). (SIMÕES, 1985).

Essas associações eram formadas por um segmento de mulheres das elites e das classes médias que tinham estreitas relações pessoais com empresários, políticos, militares e religiosos engajados na oposição ao que consideravam a “esquerdização” do país. Eudoxia Ribeiro de Dantas, por exemplo, sócia-fundadora da CAMDE, se apresentava como filha, esposa e mãe de militar. Essa rede de relacionamentos desempenhou um papel central na criação e na estruturação dessas organizações femininas.

A ligação entre essas organizações e o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) foi apontada nos trabalhos de Dreifuss (1987), Simões (1985) e Starling (1986). Mulheres de políticos, militares e empresários foram procuradas por elementos do IPES no sentido de mobilizá-las e formar grupos de pressão contra o governo de João Goulart. Era necessário disputar as ruas com as esquerdas, e as mulheres poderiam trazer novos e eficazes apelos nessa luta. O IPES garantia suporte material e assessoria ideológica. Entretanto, como chama a atenção Janaina Cordeiro, isso não significou que essas entidades foram instrumentalizadas e manipuladas pelos homens. Ao contrário, essas mulheres foram a público para defender valores que lhes eram próprios, que compunham seu universo material e simbólico e regiam o seu cotidiano (CORDEIRO, 2009, p.116-121).

É assim que, a partir de 1962, elas fizeram uma entrada estrondosa no cenário político do país. Partindo de modelos e papéis tradicionais de família e de gênero, elas se apresentaram como esposas/mães/donas de casa que vinham a público defender suas famílias ameaçadas pelos comunistas. O país era transformado no grande lar, a pátria, e a mulher, responsável pelo seu cuidado, estaria a postos para defendê-lo de todas as maneiras. Se estavam no espaço público, lugar destinado aos homens, era para defender os valores do privado, tradicionalmente tarefa feminina.

Por meio desses valores, elas garantiram um apelo político emocional extremamente eficaz na sua luta, pois mobilizavam sentimentos e apelavam a tradições que não se restringiam às elites brasileiras. O medo de que o “comunismo ateu”, que havia implantado na URSS um código moral

concorrente aos valores cristãos, destruísse a pátria, a família e a igreja era real e partilhado por diversos setores da população (MOTTA, 2002).

Tão eficazes e universais eram esses valores que, por meio do papel de mães/esposas/donas de casa, elas puderam apresentar seu movimento como apolítico e apartidário, apesar de todas as ligações políticas que possuíam. O objetivo era conquistar e mobilizar a opinião pública contra a “infiltração comunista” no governo Goulart. Na visão dessas mulheres, as reformas de base propostas pelas esquerdas, e pregadas ao longo dos anos pelo próprio Goulart, seriam o primeiro passo para a comunização do país. Entretanto, como aponta Simões, sem poder ignorar a ampla demanda social pelas reformas, as mulheres da CAMDE e da UCF resolveram o dilema pleiteando as reformas, porém sem as alterações constitucionais necessárias para que o projeto do governo fosse bem sucedido. Em maio de 1963, representantes da CAMDE e da UCF levaram ao Congresso Nacional 85 mil cartas favoráveis à reforma agrária, porém contrárias à reforma da Constituição (SIMÕES, 1987, p. 5).

No combate travado pelas entidades femininas conservadoras, a bandeira da defesa da democracia também foi acionada ao lado da família e da religião. Democracia, para essas mulheres, não significava a afirmação da participação popular, mas a oposição ao comunismo e a defesa da propriedade privada. Em seu trabalho sobre a CAMDE, Janaina Cordeiro mostra que essas mulheres partilhavam uma visão elitista, próxima ao udenismo, que pregava a restrição dos direitos populares e uma democracia saneada, “das classes médias para cima” (CORDEIRO, 2009, p. 52-53).

Com essas bandeiras, elas entraram no campo político e se fizeram presentes em todos os espaços e atividades onde enxergavam perigo comunista. Muitas vezes se envolveram ou provocaram eventos conflituosos e manifestações de radicalismo. Em janeiro de 1964, por exemplo, impediram a realização do congresso da Central Única dos Trabalhadores da América Latina (Cutal), em Belo Horizonte, ao ameaçar deitar na pista de pouso do aeroporto. Ainda em Minas Gerais, no final de fevereiro de 1964, boicotaram a realização de um evento da Frente de Mobilização Popular, com Brizola à frente, na Secretaria de Saúde, em Belo Horizonte. O episódio terminou em pancadaria, com as mulheres armadas de guarda-chuvas e cadeiras em uma mão e empunhando terços em outra (SIMÕES, 1985, p. 77-85).

As formas de ativismo dessas mulheres eram variadas: telefonemas, coletas de assinaturas, envio de telegramas, protestos às autoridades, moções, cursos, palestras, participação em comícios, etc.

Atuavam também em ações conjuntas com outras organizações de direita. Devido à força do seu papel simbólico, a imagem culturalmente santificada da mulher-mãe, cabia aos grupos femininos o papel de ponta de lança dos movimentos de opinião pública à direita. Lançavam mão, portanto, do que Ana Duarte denomina de “jogos de gênero”, ou seja, a mobilização de imagens femininas tradicionais, o “eterno feminino”, como estratégia de ação política (Duarte, 2009).

Esquerda, volver: O Movimento Nacionalista Feminino.

A eficácia da mobilização das mulheres à direita não passou despercebida por determinados segmentos da esquerda. Foi somente após o sucesso estrondoso da ação daquelas mulheres que o Movimento Nacionalista Feminino se organizou, em junho de 1963. As mulheres do MNF concorreram e se valeram de estratégias de luta semelhantes às das adversárias, porém com sentido político invertido. O MNF não surgiu, portanto, de reivindicações especificamente femininas. Mas veio a reboque da luta política mais ampla do governo Goulart, em que era necessário disputar a voz feminina na mobilização da opinião pública por determinados projetos para o país.

E, assim como no caso das entidades femininas conservadoras do pós-62, as relações pessoais e de parentesco também se configuraram como elementos essenciais para a compreensão do próprio surgimento do MNF, sua composição social, sua estrutura interna, seus objetivos e valores. Essas semelhanças reforçam a ideia, defendida neste artigo, de que o MNF surgiu como reação à ação dos grupos femininos conservadores.

No momento de seu lançamento, o MNF se apresentava como um movimento idealizado por *esposas* de políticos e parlamentares nacionalistas, sobretudo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em sua primeira configuração, são principalmente esposas de políticos *trabalhistas*, vinculados à Frente Parlamentar Nacionalista e à Frente de Mobilização Popular, que ocuparam os postos de direção⁶. Do mesmo modo que as organizações femininas de direita, o MNF também foi um movimento majoritariamente formado por mulheres das elites e classes médias: eram esposas de ministros, governadores, deputados, senadores, vereadores, prefeitos, militares. Embora, como veremos, mais

⁶ Alguns exemplos: Jurema Brochado da Rocha, esposa do falecido ministro trabalhista Francisco Brochado da Rocha, era a diretora nacional do movimento; Neusa Goulart Brizola, esposa de Leonel Brizola, do PTB, era presidente do MNF-Guanabara; Rene Silveira, esposa do então governador do Rio de Janeiro, Badger Teixeira da Silveira, também do PTB, era presidente de honra do MNF- RJ. Ver PACHECO, 1963d, p. 8.

heterogêneo e com maiores possibilidades de ingressarem mulheres trabalhadoras. Há que ressaltar, ainda, a forte presença das militantes comunistas no movimento⁷.

Ao falar em nome da liderança do movimento, Gilca Santana, *esposa* do deputado Fernando Santana, da FPN, explicava:

[...] a vivência diária dos problemas das regiões de onde somos, particularmente *esposas de parlamentares*, atendendo a milhares de homens e mulheres do povo, sem nenhum meio de vida, em busca de emprego, de uma colocação qualquer que os liberte da fome e do desespero, deram-nos a medida exata da nossa responsabilidade [...] (ENTUSIASMO..., 1963, p. 7).

Jurema Brochado da Rocha, viúva do ex-ministro trabalhista Brochado da Rocha, acrescentava:

[...] um grupo de senhoras (...) outorgou-me esse privilégio de me colocar à frente do movimento, considerando o fato de eu ter sempre acompanhado meu marido em sua luta pelas reformas de base como primeiro passo para a emancipação e tranquilidade do país [...]” (O MOVIMENTO..., 11 jun. 1963, p.3).

Se a direita tinha “suas esposas”, a esquerda também as terá. A identidade de “esposas nacionalistas”, construída a partir de figuras masculinas, não era vista como algo negativo, diminutivo da sua cidadania. Ao contrário, legitimava o seu movimento, pois lhe dava experiência com os problemas do povo. O papel de esposas, além da possível experiência com o cotidiano e os traquejos da política, também lhes abria uma rede de sociabilidade, reforçando contatos políticos e definindo afinidades partidárias e ideológicas.

Dessa forma, embora se apresentasse como um movimento apartidário, o MNF nascia vinculado, por meio de relações pessoais, aos grupos e movimentos nacionalistas e de esquerda que, naquele momento, tinham Leonel Brizola, do PTB, como principal liderança. Esses vínculos ficam explícitos, também, ao analisarmos os objetivos contidos nos estatutos do movimento. O artigo segundo, dizia:

[...] o MNF tem por fim a incorporação das mulheres no processo político-social (...) propagar e defender as ideias nacionalistas, pugnando pela reformas de base e pelo combate à espoliação brasileira e por todas as medidas que modifiquem estruturalmente a economia nacional, de modo a propiciar a todos uma participação equitativa e justa na riqueza [...] (CAMPOS, 1963a, p. 3).

⁷ Sobre a presença de militantes comunistas no movimento, ver, por exemplo, CAMPOS, 1963b, p.3.

Ao longo do governo Goulart, as relações entre as diversas organizações de esquerda e o presidente foram marcadas por tensões e conflitos. Enquanto Goulart pretendia unir o centro e a esquerda, sobretudo por meio da aliança PSD e PTB, para implementar as reformas de base, as esquerdas pressionavam o governo a colocar fim na sua “política de conciliação” e adotar um programa máximo de reformas, sem concessões (FERREIRA; GOMES, 2014).

A fala de Neusa Brizola, reproduzida no jornal nacionalista *O Semanário*, ajuda a localizar a posição do MNF no quadro da esquerda:

[...] em poucas palavras: não se trata, agora, simplesmente da pessoa de Jango; trata-se do programa que o povo deseja e espera que ele execute, programa que contraria grandes interesses e ameaça poderosos privilégios. Não se iluda o presidente: não lhe resta, daqui por diante, senão governar, realmente, com os homens identificados com essas reformas; governar, enfim, com os seus verdadeiros amigos. (O MINISTRO..., 1963, p. 2).

Dessa forma, o MNF parecia vir para reforçar, pela via das mulheres, o que Argelina Figueiredo denominou de “coalizão radical pró-reformas”. Essa coalizão adotou, gradativamente, estratégias de ação direta, por meio de mobilizações populares nas ruas, a fim de pressionar o Congresso Nacional para aprovar as reformas de base (FIGUEIREDO, 1993, p. 66).

Várias foram as organizações de esquerda atuantes durante o governo Goulart. Entre elas: o PTB, protagonista na agitação e no debate nacionalista e reformista, e, dentro do PTB, sua ala radical, liderada por Brizola; a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN); o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, mesmo na ilegalidade, alcançava importante influência no jogo político; as Ligas Camponesas; o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); organizações de subalternos das Forças Armadas; a União Nacional dos Estudantes (UNE) e, por fim, a Frente de Mobilização Popular.

A Frente Parlamentar Nacionalista e a Frente de Mobilização Popular merecem destaque devido às relações que mantiveram com o MNF. No contexto do governo João Goulart, a formação de frentes parlamentares, que incluíam políticos de diferentes agremiações, tornou-se a alternativa política. A FPN, sob hegemonia do PTB, defendia o nacionalismo econômico e as reformas de base no Congresso Nacional. Como aponta Delgado, a autonomia nacional era o ponto comum, embora o nacionalismo apresentasse, conforme seu defensor, uma característica peculiar (DELGADO, 2003, p. 149-150).

A FMP foi uma organização extraparlamentar de caráter nacionalista e reformista, criada no início de 1963. Agregava os diversos grupos de esquerda, incluindo a FPN, sob a liderança de Leonel Brizola. A estratégia da FMP era pressionar o Congresso Nacional por meio de movimentos de rua como passeatas, comícios, manifestações e greves operárias. Os líderes da FMP exigiam que o presidente Goulart pusesse fim ao que denominavam de “política de conciliação”. Exigiam a ruptura do governo Goulart com o PSD, a nacionalização de empresas estrangeiras e a implementação imediata das reformas de base, com aprovação ou não do Congresso Nacional.

Mas, se por um lado, o MNF fazia coro com o discurso comum desses grupos, por outro, a entrada das mulheres, em organização própria e ativa, no campo da esquerda nacionalista trazia novos elementos e argumentos para a luta pelas reformas de base. Trazia um universo feminino simbolicamente poderoso e diverso daqueles que as esquerdas mobilizavam até então. Reafirmando nossa ideia de que o MNF surgiu para competir e disputar a voz com as entidades femininas conservadoras do pós-62, as mulheres do MNF também lançaram mão de papéis de gênero e valores tradicionais, como família e religião, porém ressignificando seus sentidos políticos.

Um dos discursos mais aplaudidos no ato de lançamento do MNF, com ampla divulgação na imprensa nacionalista, foi o de Cecília Rabattini de Almeida, que falou em nome das donas de casa:

[...] as mulheres *não querem, com efeito, sair de suas casas; querem ficar nelas cuidando de seus maridos e filhos, (...) mas querem ficar em casa desde que nada falte aos seus entes queridos, desde que seus filhos não sejam condenados a morrer de fome, nem seus maridos escravizados a uma iníqua condição de vida, desde que tenham, nos seus lares, o conforto a que têm direito todas as criaturas humanas. Enquanto isso, o lugar de todas elas é na trincheira de luta pela libertação do povo brasileiro da miséria e da fome (...) que tanto confrange nossos corações de mães de família [...].* (ENTUSIASMO..., 1963, p. 7).

O discurso mobilizava papéis de gênero e valores tradicionais caros à sociedade e acionados pela direita. O lugar reconhecido para a mulher era o *espaço privado*. Mas a condição de miséria e fome em que se encontravam os lares brasileiros as impedia de realizar seu papel de mães/esposas/donas de casa. Portanto, se estavam no espaço público, era para proteger seus lares. A *ordem* só poderia ser restabelecida por meio das reformas de base que colocariam fim às dificuldades dos lares brasileiros.

Vale ressaltar que a fala de Cecília Almeida era comum entre as mulheres de esquerda da época. Em seu estudo, Macedo destaca que a palavra de ordem das militantes comunistas, que também

estavam presentes no MNF, era “ordem na casa e vamos à luta”. “Ordem na casa” indicava que as mulheres se viam como as principais responsáveis pelo lar. “Vamos à luta” se referia às organizações femininas pelo fim das desigualdades (MACEDO, 2001)⁸.

As mulheres do MNF também disputaram um discurso religioso com as entidades femininas conservadoras. Elas sabiam que a religiosidade era elemento de forte apelo na população brasileira e que a associação entre religião e política era feita pela direita na mobilização antiGoulart. Por isso, era importante mostrar ao público que mulheres do MNF eram cristãs e que suas propostas estavam enquadradas nesses princípios. Nesse sentido, Jurema Brochado da Rocha justificava sua luta:

[...] A mulher brasileira atende a um chamado de urgência que está sendo feito por milhares de vozes, chamado que também foi feito (...) por sua santidade o papa João XXIII (...) nosso trabalho é, sobretudo, homenagem póstuma, sentida e reverente, inspirada nas suas santas palavras contidas nas encíclicas “Mater et Magistra” e “Pacem in Terris”. Procurando seguir seu exemplo, aqui estamos! [...]” (ENTUSIASMO..., 1963, p. 7).

Jurema Brochado da Rocha manejava com destreza as encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, lançadas pelo papa João XXIII, que reconheciam as responsabilidades da igreja católica romana perante os problemas sociais. Como se opor às reformas, acusando-as de abrir caminho para o comunismo, se, segundo Brochado, elas eram inspiradas nas encíclicas papais e, portanto, chanceladas pelo papa? Seguindo essa linha de argumentação, Brochado da Rocha apresentava as reformas de base como a materialização dos princípios da doutrina social da igreja.

Em outro momento, Alda Temperani, combatendo os argumentos que mobilizavam valores cristãos para deslegitimar as propostas da esquerda, exclamava:

[...] Não há democracia quando o latifúndio e o imperialismo de braços dados espoliam a nação. Não há cristianismo quando se deixam morrer de fome as crianças e não se tem respeito pela dignidade humana. Basta de mentiras, fariseus! Pois Cristo não pode ser invocado para justificar a miséria e a degradação, quando ele deu o exemplo de amor e do sacrifício pela humanidade. (ESTAMOS..., 1963, p. 7).

Dessa forma, o MNF travava uma batalha de contrapropaganda aos movimentos femininos de direita que estavam a todo vapor. Combatia, com as mesmas armas, a estratégia que acionava a religião

⁸ Apesar do lema “ordem na casa e vamos à luta” predominar entre as militantes comunistas no período, o trabalho de ALVES (2017) mostra que esse princípio não norteou todas as militantes comunistas. Muitas delas questionaram as diferenças entre os sexos e desenvolveram uma atuação feminista dentro do PCB.

e seus símbolos para incompatibilizar o programa das esquerdas com a fé da população. Nos papéis tradicionais de gênero da época, nada melhor que mulheres para defender os valores religiosos. Cabia a elas o zelo pela moral cristã na família. Consideravam, porém, a pobreza e as desigualdades, e não o espectro comunista, o grande problema do país. A verdadeira democracia só se realizaria quando o latifúndio e o imperialismo fossem superados.

Modelos e papéis femininos no MNF

Diversos papéis femininos estiveram presentes no MNF, desde modelos tradicionais de mulher, a mãe/esposa/dona de casa, até propostas de maior emancipação. Entretanto, mesmo os modelos tradicionais foram colocados em uma chave diferente daquela apresentada pelas mulheres à direita. O discurso de Jurema Brochado da Rocha ajuda a mapear essa questão.

“[...] somos brasileiras e desejamos contribuir para a solução dos problemas da pátria, sem prejuízo da nossa sagrada missão de mães, de esposas e dedicadas companheiras dos nossos maridos. Assim como os homens, sem faltar as suas atividades normais, opinam e decidem, por que relegar as mulheres à velha tradição de cozinheira ou simples dona de casa? Não constituímos mais da metade do eleitorado brasileiro? E mesmo assim, que influência exercemos na política do nosso país? (...) em sinais dos tempos, sua santidade, referindo-se às mulheres diz: (...) torna-se a mulher cada vez mais cônica da própria dignidade humana (...) reivindica *direitos* e *deveres* consentâneos com sua dignidade de pessoa tanto na vida familiar quanto na vida social” (ENTUSIASMO..., 1963, p. 7).

No discurso, percebe-se que Brochado da Rocha não rompia completamente com os papéis tradicionais de gênero das mulheres em suas funções de mães e esposas. Entretanto, a posição subalterna da mulher e seu enquadramento exclusivo no espaço privado eram refutados tanto por meio de argumentos políticos – “somos a metade do eleitorado” – quanto por argumentos religiosos. Portanto, era direito e dever da mulher ocupar o espaço público, compreendido como lugar de discussão e deliberação de questões de interesse coletivo, de participação política por excelência⁹.

A defesa da ocupação do espaço público/político pela mulher estava referendada no artigo segundo dos estatutos do movimento:

⁹ A compreensão do espaço público utilizado para o contexto da luta do MNF aproxima-se da concepção de Hannah Arendt para quem essa esfera é o *locus* do mundo em que se dá o exercício da atividade política por excelência, onde o cidadão exerce seu papel de participar das decisões públicas, e a política, sempre plural, é entendida como criação, experimentação e fator fundamental de constituição dos sujeitos. Sobre a concepção de esfera pública em Hannah Arendt, ver Silva (2017) e Ortega (2001).

[...] o Movimento Nacionalista Feminino” tem por fim a incorporação das mulheres no processo político-social, dando-lhes participação mais eficiente (...) o reforçamento da consciência da mulher brasileira quanto à capacidade e ao alcance de sua atuação política e o concitamento a que elas exerçam suas liberdades públicas e constitucionais como instrumento adequado para a conquista dos direitos populares.” (CAMPOS..., 1963a, p. 3).

O MNF pretendia promover a mulher no espaço público, mas de uma forma peculiar. Não seria por meio de reivindicações de um movimento feminista por direitos da mulher, mas a partir da luta pelos direitos *populares*. A politização da mulher, sua ocupação do espaço público e o rompimento com uma posição de subalternidade só se efetivariam por meio de seu engajamento na luta para avançar as reformas de base e a conquista dos direitos populares. Era essa luta que legitimava e promovia a conquista da cidadania pelas mulheres. Nesse sentido, o discurso das mulheres do MNF se aproximava do de outras militantes de esquerda da época para quem as desigualdades de gênero só seriam superadas quando tivessem fim as desigualdades sociais (SOIHET, 2012, p. 233-234).

Os papéis femininos estabelecidos pelas mulheres do MNF se diferenciavam, portanto, das organizações femininas de direita. Estas lutavam pela preservação da ordem e dos tradicionais papéis reservados aos homens e mulheres em uma sociedade patriarcal tradicional. O que incluía o reconhecimento de um papel feminino subalterno aos homens e limitado à esfera privada, tal como definido pelas relações de gênero do período. Como mostra Cordeiro, ao analisar a CAMDE, na concepção dessas mulheres, elas só teriam agido politicamente, entre 1962 e 1964, em virtude das exigências da *conjuntura*. E se estavam na esfera pública era para salvar valores tradicionais do privado, papel que lhes cabia. Sua entrada na política, com aval dos maridos, era justificada como o último recurso utilizado quando os homens, a quem cabia o espaço público, já haviam esgotado sua capacidade de luta (CORDEIRO, 2009, p. 107-108, 130).

O próprio perfil socioprofissional das militantes do MNF já marcava diferença em relação às entidades conservadoras. Embora suas militantes fossem majoritariamente das elites e classes médias, como nas organizações oponentes, seu perfil era mais heterogêneo. Havia donas de casa, mas também advogadas, economistas, arquitetas, jornalistas, universitárias, artistas, escritoras, cientistas, professoras, funcionárias públicas e, embora em menor número, operárias¹⁰. Eram mulheres que

¹⁰ O perfil heterogêneo das mulheres de elite e de classe média que integravam o MNF, bem como a presença de operárias, podem ser encontrados, por exemplo, nas seguintes edições do jornal *Última Hora*: AGRUPAM-SE..., 15 ago. 1963, p. 8; PACHECO, 1963d, p. 8; INCORPORAÇÃO..., 24 ago. 1963, p. 8; MOVIMENTO..., 26 ago. 1963, p. 3.

trabalhavam fora do espaço privado, que saíam do lugar de atuação estabelecido para elas no modelo de família patriarcal, e ocupavam cargos para além das profissões consideradas femininas, tais como professora, enfermeira, etc. Portanto, um modelo recusado pelas mulheres das entidades conservadoras, que celebravam as mães/donas de casa e rejeitavam mulheres que rompessem esses papéis.

Como exemplo dessa diferença, uma das militantes do MNF era a atriz Lia Mônica Rossi, protagonista do filme *Bonitinha, mas ordinária*, de 1963, dirigido por J.P. de Carvalho, inspirado na peça de Nelson Rodrigues. A atriz era apresentada, sempre que possível, como porta voz do MNF do Estado do Rio de Janeiro. Na série de comícios pró-reformas, organizados pelas esquerdas, no mês de outubro de 1963, no Rio de Janeiro, Lia Rossi subia ao palanque e, em nome do MNF, acusava os grupos internacionais de serem os principais responsáveis pela carestia e pela não aprovação das reformas de base. Sua foto e seus discursos eram estampados com destaque pelo jornal *Última Hora*¹¹.

Os valores e modelos do feminino defendidos e praticados pelo MNF, que afirmavam o espaço público/político como lugar também feminino, foram fundamentais para a construção de uma identidade para o movimento e para configuração da luta dessas mulheres. Ao valorizar a mulher como uma força para fazer avançar as reformas e os direitos populares, o MNF caminhou, também, para abrir novas áreas de atuação na sociedade às mulheres e, em decorrência, ampliar seus direitos de cidadania. Isso permitiu que o MNF tivesse, na luta, uma configuração diferente daquela das entidades conservadoras e, ao mesmo tempo, não fosse considerado um mero braço instrumentalizado das organizações de esquerda do período.

Movimento Nacionalista Feminino em ação

De sua criação, em junho de 1963, ao golpe de 1964, o MNF cresceu e fundou sessões em diversos estados. Organizadas politicamente, suas militantes atuaram a partir de duas linhas de ação: uma de arregimentação e preparação ideológica feminina, outra de formação de grupos de pressão e conquista da opinião pública para as reformas de base.

¹¹ Lia Rossi foi destaque em várias edições da coluna *Lou Informa*, de Maria de Lourdes Pacheco, no jornal *Última Hora*. Ver PACHECO, 1963c, p. 8.

Os meios de recrutamento eram diversos: convites pessoais, organização de cursos e seminários, campanhas pela imprensa nacionalista, demonstrações públicas, ações junto a entidades nacionalistas e de esquerda. Assim, se, de partida, foi um movimento idealizado por esposas de parlamentares trabalhistas e nacionalistas, o movimento cresceu e incorporou outros segmentos de mulheres: estudantes, intelectuais, artistas, profissionais liberais, donas de casa, operárias.

Havia um número maior de trabalhadoras assalariadas no MNF em comparação com as entidades femininas conservadoras. Isso ocorreu, possivelmente, devido aos vínculos mais fortes das esquerdas com os movimentos sindicais. Mas, ainda assim, o movimento continuou, majoritariamente, de classes médias¹². Uma pista para isso é fornecida por Simões ao tratar das organizações femininas conservadoras. A autora argumenta que os métodos de arregimentação dessas entidades – telefonemas, convites pessoais, anúncios em jornais, reuniões nas casas das lideranças –, que eram parecidos com os do MNF¹³, não incentivavam o comparecimento de mulheres de outros segmentos que não das elites e classes médias (SIMÕES, 1985, p. 56).

Outro meio importante de arregimentação eram os cursos de formação política para mulheres, organizados conjuntamente por MNF, ISEB, FPN e FMP, ministrados no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, no final de 1963. A análise dos temas das aulas permite identificar o repertório de ideias que fizeram parte da ideologia nacionalista e do programa das esquerdas, compartilhado pelo MNF: “o desenvolvimento nacional”; “como atua o imperialismo no Brasil”; “o problema agrário brasileiro”, “arte e desenvolvimento”; “fatores de carestia”; “o petróleo na política nacional”; “a companhia nacional de álcalis”, “reformas ou perda violenta dos privilégios”, etc. Ministravam as palestras intelectuais, militantes e políticos proeminentes do campo nacionalista e de esquerda, tais como: Leonel Brizola (PTB/FMP), Helga Hoffmann (economista do ISEB), João Pinheiro Neto (ex-ministro do governo João Goulart), Ênio Silveira (editor), Jocelyn Brasil (coronel), Álvaro Pinto (diretor do ISEB), Israel Pinheiro (PCB).¹⁴

Armadas ideologicamente, as mulheres do MNF se lançaram na esfera pública em ações diversificadas: moções aos políticos, manifestações em praça pública, protestos contra políticos

¹² Ver PACHECO, 1963b, p. 3.

¹³ Ver Pacheco, 1963a, p. 8.

¹⁴ Sobre os cursos ministrados pelo ISEB ao MNF, ver: COMÍCIO..., 7 ago. 1963:2; CAMPOS, 1963e, p. 3; CAMPOS, 1963f, p. 3; DIRETOR..., 17 dez. 1963, p.2; LATIFÚNDIO..., 31 dez. 1963, p. 2.

conservadores, campanhas na imprensa nacionalista, arrecadação de fundos, participação em concentrações populares, ações conjuntas com estudantes da UNE e trabalhadores do CGT, defesa da paz mundial¹⁵. Vale destacar que, em muitas dessas ações, elas recebiam assessoria logística dos deputados da FPN.

Nessas atividades, elas também contaram com o suporte da imprensa nacionalista, sobretudo do jornal *Última Hora* (UH). O poeta Geir Campos e a jornalista Maria de Lourdes Pacheco, a Lou, integrante do MNF do Estado do Rio, foram imprescindíveis para a divulgação do movimento. Eram os porta-vozes do MNF no UH. Em suas colunas, davam grande destaque às campanhas públicas do MNF, entre elas: denúncias de violência policial no governo de Carlos Lacerda, campanhas pela nacionalização como a da indústria farmacêutica, denúncias contra o IBAD, homenagens a políticos e juízes “nacionalistas”, movimentos de alfabetização, campanha pela anistia dos sargentos, campanha pela nomeação de Brizola ao Ministério da Fazenda¹⁶.

No curto período de sua existência, entre junho de 1963 e abril de 1964, o MNF desenvolveu ações que foram parte de uma campanha maior pelas reformas de base, coordenadas pelas esquerdas nacionalistas, sobretudo a FMP e a FPN. Nesse sentido, as mulheres do MNF acompanharam a toada desses grupos que, a partir do final do ano de 1963, ampliavam a ofensiva política e desafiavam a legalidade. Por meio do lema “reforma agrária na lei ou na marra”, optavam pela estratégia da luta extraparlamentar por meio de comícios, manifestações, passeatas, greves (FERREIRA, 2014). O ponto culminante dessa estratégia foi a realização do comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964.

O Comício, a Marcha, o golpe.

O comício da Central do Brasil foi organizado para selar o comprometimento público do presidente da República com a coalizão de esquerda pelo programa máximo das reformas de base. Nesse momento, Goulart voltava-se para os grupos – trabalhadores da cidade e do campo, estudantes, as esquerdas e seus partidos – que sustentaram sua trajetória política. Essa guinada foi dada após as tentativas fracassadas de reconstruir sua base política, formada pela aliança PSD e PTB, e de afastar as esquerdas mais radicais. Como mostra Jorge Ferreira, o malogro da estratégia de conciliação entre as

¹⁵ Ver, por exemplo, CAMPOS, 1963c, p. 3; MULHERES..., 30 ago. 1963, p. 2; OPERÁRIOS..., 7 out. 1963, p. 5; MOVIMENTO..., 25 out. 1963, p. 3; GRANDE..., 19-25 dez. 1963, p. 7.

¹⁶ Ver, por exemplo: CAMPOS, 1963a, p. 3; COMÍCIO..., 7 ago. 1963, p. 8; MOVIMENTO..., 26 ago. 1963, p. 3; CAMPOS, 1963d, p. 3.

diversas forças políticas ocorreu não pela incapacidade do presidente de negociar, mas pela recusa entre as partes de pactuar acordos. Da esquerda à direita, a estratégia escolhida foi a do confronto (FERREIRA, 2003, p. 375-376).

Ao MNF coube duas tarefas nessa empreitada: fazer a arregimentação no meio feminino e dar publicidade ao apoio das mulheres ao comício. O movimento organizou a ida, ao Rio de Janeiro, de delegações das suas sessões nos estados. O objetivo era destacar a imagem legitimadora da mulher, tal como as direitas faziam. Por meio de declarações públicas, divulgadas nos jornais nacionalistas, o MNF concitava a união feminina em torno dos trabalhadores para, em uma frente única, pressionar o Congresso para aprovar as reformas de base.

No comício, militantes do MNF acompanharam as propostas de fechamento do “Congresso reacionário” e convocação de uma assembleia constituinte, formada por trabalhadores, soldados (o povo em armas) e camponeses, apresentadas por lideranças da FMP, como soluções para o impasse entre o povo e o Congresso.

O comício se tornou a senha para a união de todos os conspiradores civis e militares que iniciaram os preparativos para a derrubada de Goulart. Neste ponto, considero importante retomar a análise de Motta. Para o autor, o anticomunismo foi o elemento que propiciou a unificação de setores heterogêneos em uma frente favorável ao golpe (MOTTA, 2006, p. 146).

A reação de maior impacto ao comício foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo, em 19 de março. Sob a bandeira da defesa das instituições democráticas contra o comunismo, pretendia demonstrar apoio da população à derrubada de Goulart e, assim, criar um clima propício para uma intervenção militar.

Vale destacar que o pretexto para a realização do evento foi o de que Jango teria atacado a fé religiosa e ofendido o rosário. No comício, o presidente havia dito: “não é com rosários que se combatem as reformas”. Era uma alusão ao uso do símbolo religioso que, desde as mulheres da LIMDE, era utilizado como poderoso elemento mobilizador e legitimador da oposição ao governo Goulart.

A organização da marcha contou com uma preparação cuidadosa que envolveu políticos, empresários, religiosos, militares, além das associações femininas. Líderes de 80 organizações

participaram do evento. Entretanto, apesar de vários homens atuarem ativamente na organização, a imagem pública da marcha foi feminina. As mulheres foram apresentadas como as verdadeiras impulsionadoras da intervenção militar. Conforme aponta Simões, “setores políticos e ideológicos bastante diferenciados entre si podiam se sentir perfeitamente à vontade atrás do escudo formado pelos apelos universais, como Deus, pátria e família, carregado pelas mulheres” (SIMÕES, 1985:95). Dessa forma, as entidades femininas conservadoras passaram à história como organizadoras e idealizadoras do evento.

Muitos segmentos da esquerda não compreenderam as marchas da família como um avanço das direitas junto à população. Desprezaram-nas por serem “movimentos de classes médias” e não do povo, o grande ator político (FERREIRA, 2014, p. 305).

Entretanto, o poder de mobilização das marchas não passou despercebido pelas lideranças do MNF, Neusa Brizola à frente. Sobretudo o apelo feminino. Nesse sentido, ela convocou uma reunião conjunta da Liga Feminina da Guanabara e do Movimento Nacionalista Feminino. O objetivo era planejar uma concentração feminina, para o dia 3 de abril, a fim de disputar as ruas com as mulheres das direitas. Pretendia conseguir uma “união maior de todas as mulheres visando a sua integração na luta pelas reformas de base”. Também fez um apelo para que fossem organizados “grupos de onze femininos” no mesmo estilo do proposto por Leonel Brizola (ESQUERDA..., 24 mar. 1964, p. 3). Eram tentativas do MNF de responder às marchas e fazer frente à ofensiva das mulheres de direita. Mas não houve tempo: o golpe veio antes.

A repressão promovida, após o golpe de 1964, não poupou o MNF, que deixou de existir. Após a invasão do escritório de Leonel Brizola, no edifício Avenida Central, no Rio de Janeiro, o DOPS apresentava “provas” da “atividade subversiva” do movimento: selos emitidos para angariar fundos ao MNF, autorizações de Neusa Brizola para fundação de núcleos do MNF, diplomas do ISEB, também assinados por Neusa Brizola, e prontos para serem entregues às participantes dos cursos (DOPS..., 10 abr. 1964, p. 1). Algumas das militantes do MNF foram perseguidas, outras deixaram o país, como a própria Neusa Brizola, outras saíram do espaço público. Algumas se envolveram na luta contra a ditadura que se instaurou.

Enquanto isso, as mulheres militantes das entidades femininas conservadoras, como CAMDE, LIMDE, UCF, continuavam realizando marchas pelo país, como a Marcha da Vitória, realizada no Rio

de Janeiro, no dia 2 de abril de 1964. Celebravam o golpe e se engajavam no furor persecutório que se instaurou no país. Cobravam expurgos e se mantinham vigilantes em nome da família, da religião e da propriedade (PRESOT, 2004).

Considerações finais

Em 15 de março de 1967, o jornal *O Globo* publicava a matéria “Mulher mineira empunhou terço e granada para enfrentar provocação dos comunistas”. O artigo destacava a atuação das militantes da LIMDE e da Frente Feminina Nacionalista, entidades conservadoras mineiras, “que batalharam pela revolução de março de 1964”. Perguntada sobre a criação da Frente Nacionalista Feminina, Maria Adelaide de Paula Fernandes, a Lalá Fernandes, idealizadora da entidade, explicava:

[...] Fui ao Rio para conhecer as bases da Frente Nacionalista Feminina [sic], criada, apoiada e incentivada pela Sra. Neusa Goulart. (...) confirmou o meu receio de que a legião da irmã de Jango tinha sido criada para fazer desmoronar os princípios da responsabilidade e respeitabilidade da família brasileira. Vim imediatamente para Minas Gerais e aqui instalei a Frente Feminina Nacionalista, nos moldes mineiros de apoio e de solidariedade cristã a todos os que precisassem de uma orientação sadia. Conseguindo a adesão de 2.072 mulheres, a elas contei, desassombradamente, a razão da criação da Frente: evitar que Da. Neusa Goulart tivesse a oportunidade de estabelecer em Belo Horizonte filiais a exemplo das que já funcionavam em diversas capitais [...] (MULHER..., 15 mar. 1967, p. 27.).

O relato de Lalá Fernandes mostra que o MNF conseguiu seu lugar na luta, apesar da sua curta duração, entre junho de 1963 e abril de 1964. Se as entidades femininas conservadoras foram motivo para o surgimento do MNF, ideia defendida neste trabalho, ele, por sua vez, inspirou reações para combatê-lo, revelando-se, portanto, um inimigo considerável. O relato reforça, também, a ideia defendida de que a disputa pela voz feminina foi um elemento importante nas lutas que marcaram o governo João Goulart. Pois, se de um lado, o MNF fez coro com o discurso comum das esquerdas nacionalistas, por outro, a entrada das mulheres, em organização própria e ativa, trouxe novos elementos e argumentos para a luta pelas reformas de base. Trouxe um universo feminino simbolicamente poderoso e diverso daqueles que as esquerdas mobilizavam até então.

Essa disputa mobilizou papéis e modelos femininos, mesmo que uma pauta de reivindicações próprias femininas não fosse o mote inicial. Na contramão das mulheres à direita, o MNF reivindicou um maior espaço público e político para as mulheres como uma forma de fazer avançar as reformas de base e os direitos populares. Legitimou a política como espaço feminino, mesmo quando acionava

modelos tradicionais como o da mãe/esposa/dona de casa. Além disso, por meio do MNF, as mulheres trabalhistas entraram em cena e ocuparam seus lugares à esquerda.

Referências Bibliográficas

- AGRUPAM-SE as nacionalistas. **Última Hora**, Niterói, 15 ago. 1963, p.8.
- ALVES, Iracélli da Cruz. Os movimentos feminista e comunista no Brasil: História, Memória e Política. **Tempos Históricos**. Vol. 21, set 2017, p.107-140.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- COLLING, Ana Maria. 50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. **OPSIS**, Catalão, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015.
- CAMPOS, Geir. Nacionalista Feminino, **Última Hora**, Niterói, 3 ago. 1963a, p. 3
- CAMPOS, Geir. Movimento Feminino. **Última Hora**, Niterói, 10 ago. 1963b, p.3
- CAMPOS, Geir. A mulher no teatro. **Última Hora**, Niterói, 24 ago. 1963c, p.3.
- CAMPOS, Geir. Simone, a mulher e a marcha. **Última Hora**, Niterói, 31 ago. 1963d, p. 3.
- CAMPOS, Geir. A mulher em debate. **Última Hora**, Niterói, 7 set. 1963e, p.3
- CAMPOS, Geir. A mulher e o seminário. **Última Hora**, Niterói, 21 set. 1963f, p.3.
- COMÍCIO pelas reformas reúne milhares de trabalhadores no Estado, **Última Hora**, Niterói, 7 ago. 1963, p. 2.
- CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em Movimento. A Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro, FGV, 2009.
- DELGADO, Lucília de Almeida. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. **O Brasil Republicano. O tempo do nacional – estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIRETOR do ISEB na ABI: reformas ou perda violenta dos privilégios. **Última Hora**, 17 dez. 1963, p.2

DOPS acha bomba na UNE e no CACO. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 10 abr. 1964, p. 1.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Jogos de gênero nas memórias de militantes pela anistia. **Espaço Plural** (Unioeste), v. 21, p. 66-77, 2009.

ENTUSIASMO presidiu instalação do movimento nacionalista feminino. **O Semanário**, Rio de Janeiro, 13-19 jun. 1963, p. 7.

ESQUERDA fará comício. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 mar. 1964, p. 3.

ESTAMOS nessa luta e dela não recuaremos. **O Semanário**, 20-26 jun. 1963, p. 7.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In FERREIRA, Jorge; DELAGADO, Lucília de Almeida. **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Anpuh, vol.24, n.47, jan – jun, 2004, p.181-212.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964. O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política:1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GINZBURG, Carlo. “O Inquisidor como antropólogo”. In Idem. *O Fio e os rastros; verdadeiro, falso fictício*. Tradução de Rosa Freire de Aguiar e Carlos Branfão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRANDE ato público lança conclamação “Natal com anistia: sargentos precisam voltar aos seus lares”, **O Semanário**, Rio de Janeiro, 19-25 dez. 1963, p.7.

- INCORPORAÇÃO da mulher no processo político social. **Última Hora**, Niterói, 24 ago. 1963, p.8
- LATIFÚNDIO foi aula do movimento feminino, **Última Hora**, Niterói, 31 dez. 1963, p.2.
- LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo:Contexto,2008.
- MACEDO, Elza Dely Veloso. **Ordem na casa e vamos à luta. Movimento de mulheres- Rio de Janeiro 1945-1964. Lydia da Cunha- uma militante**. Tese (doutorado)- Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2001.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917- 1964)**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP,2002.
- _____. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In FERREIRA, Marieta de Moares. **João Goulart. Entre memória e História**. Rio de Janeiro, FGV, 2006.
- MOVIMENTO Feminino. **Última Hora.**, Niterói, 24 ago. 1963, p. 3.
- MOVIMENTO Nacionalista Feminino instalou-se pedindo urgência para as reformas, **Última Hora**, 26 ago. 1963, p. 3.
- MOVIMENTO Nacionalista Feminino e sindicatos operários pedem CPI federal para o IBAD, **Última Hora**, Niterói, 25 out. 1963, p.3.
- MULHER brasileira empunhou terço e granada para enfrentar provocações dos comunistas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 mar. 1967, p. 27.
- MULHERES pedem punições para os carrascos da GB. **Última Hora**, Niterói, 30 ago. 1963, p.2.
- O MINISTRO que o povo quer. **O Semanário**, Rio de Janeiro, 13-19 jun. 1963, p. 2.
- O MOVIMENTO Nacionalista Feminino. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 jun. 1963, p.3.
- OPERÁRIOS Navais promovem concentração monstro hoje no ministério do trabalho, **Última Hora**, Niterói, 7 out. 1963, p.5.
- ORTEGA, Francisco. Hannah Arendt, Foucault e a reinvenção do espaço público. Revista Trans/Form/Ação (online), Vol. 24: no. 1. Marília, p. 225-236, 2001.

PACHECO, Maria de Lourdes. Lou Informa. Movimento Nacionalista Feminino. **Última Hora**, Niterói, 18 jul. 1963a, p. 8.

PACHECO, Maria de Lourdes. Lou Informa. Integrado o Estado do Rio no Movimento Nacionalista Feminino. **Última Hora**. Niterói, 24 jul. 1963b, p. 3.

PACHECO, Maria de Lourdes. Lou Informa. Presença feminina acelera processo político social. **Última Hora**, Niterói, 7 ago. 1963c, p. 8.

PACHECO, Maria de Lourdes. Lou Informa. O Movimento Nacionalista Feminino e a primeira dama. **Última Hora**, Niterói, 23 ago. 1963d, p. 8.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

PRESOT, Aline Alves. **As marchas da família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964**. Dissertação (mestrado em História)- Programa de pós – graduação em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

RAGO, M. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, n.11, p 89-98, 1998.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pilar (Org.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

ROSA, Susel Oliveira da. "Subterrâneos da liberdade": mulheres, militância e clandestinidade. *Labrys* (Edição em Português. Online), v. N. 15, p. 1-16, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, jul\dez, 1995.

SESTINI, Pérola. **A mulher brasileira em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964**. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

SILVA, Marcos Luiz da. A ideia de espaço público em Hannah Arendt. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 7, n. 13, p. 117-13, 2017.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família. As mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis, Vozes, 1985.

SOIHET, R. História das Mulheres e História de Gênero. Um depoimento. **Cadernos Pagu**, n. 11, p.77-87, 1998.

SOIHET, Rachel. Movimento de mulheres. A conquista do espaço público. In: Pinsky, Carla; Pedro, Joana. **Nova História das Mulheres**. São Paulo, Contexto, 2012.

SOUSA, Priscila Paula de. Mulheres e militância na ditadura militar brasileira: uma análise historiográfica. *História e Cultura*, Franca, v. 7, n. 1, p. 102-133, jan-jul. 2018.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Associativismo Feminino e participação política: um estudo sobre as bases sociais de apoio à ditadura militar em Curitiba (1964-1985). **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.31, n.65, p.389-412, set-dez.2018.

STARLING. Heloísa. **Os senhores das Gerais. Os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964**. Petrópolis, Vozes, 1986.

TAVARES, Btzaida Mata Machado. **Mulheres Comunistas: representações e práticas femininas no PCB (1945-1979)**. 2003. Dissertação (mestrado em História)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2003.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1999.